



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Gabinete do Vereador Professor Pierre

Rua Farinha Filho, n.º 50 - Centro

Nova Friburgo - RJ - 28.610-280

(22)2524-1700 - R. 230 - professorpierre@novafriburgo.rj.leg.br

Sr. Presidente:

REQUEIRO, dentro das normas regimentais, PEDIDO DE INFORMAÇÃO com o Executivo Municipal, por meio da Procuradoria Geral do Município, do órgão municipal de Saúde e demais órgãos competentes, acerca dos **bloqueios judiciais concernentes à Saúde**.

CONSIDERANDO o direito à saúde, previsto no art. 196 da Constituição da República, o qual deve ser assegurado pelo Estado:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

CONSIDERANDO o crescente e preocupante processo de judicialização da saúde, em clara progressão e provocação de falência de serviços públicos;

CONSIDERANDO o asseveramento de demandas do Poder Judiciário, o qual tem atuado em ritmo crescente para suprir a ineficiência do Poder Executivo;

CONSIDERANDO e, mais gravemente, que, entre a falta de prestação de serviço e o processo de judicialização, o quadro clínico de pacientes tem piorado, parcialmente concorrendo para aumento progressivo de óbitos ou de sequelas;

CONSIDERANDO a necessidade de precisar as causas desse processo que têm gerado supressão desordenada de problemas de saúde, visto que há impactantes efeitos colaterais no ordenamento orçamentário-financeiro do Município, além de transtornos às famílias envolvidas;

CONSIDERANDO o objetivo de provocar, em decorrência, a mitigação do processo de judicialização dos serviços de saúde, em ação inversa àquela que tem se constatado.

Requer-se e quer-se saber o seguinte:

1. Apontar o quadro temporalmente evolutivo de valores judicialmente bloqueados em razão de quaisquer prestações de serviços de saúde, no final:

1.1. do 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2017;

1.2. do 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2018;

1.3. do 1º quadrimestre de 2019.

2. Relacionar cada um dos processos de bloqueio judicial **em execução**, especificando:

1.1. número do processo judicial;

1.2. valor bloqueado;

1.3. objeto que deu azo ao bloqueio.

3. Relacionar cada um dos processos judiciais **já executados** desde o início de 2017, discriminando:

1.1. número do processo judicial;

1.2. valor executado;

1.3. objeto que deu azo à execução;

1.4. beneficiário pessoa jurídica dos recursos públicos ora bloqueados judicialmente.

4. Apontar e especificar todos os medicamentos que foram objeto de bloqueio judicial desde o início de 2017.

5. Indicar e especificar todas as terapias, inclusive cirúrgicas, que foram objeto de bloqueio judicial desde o início de 2017.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Nova Friburgo, em 20 de maio de 2019.

Professor Pierre
Vereador – PSB